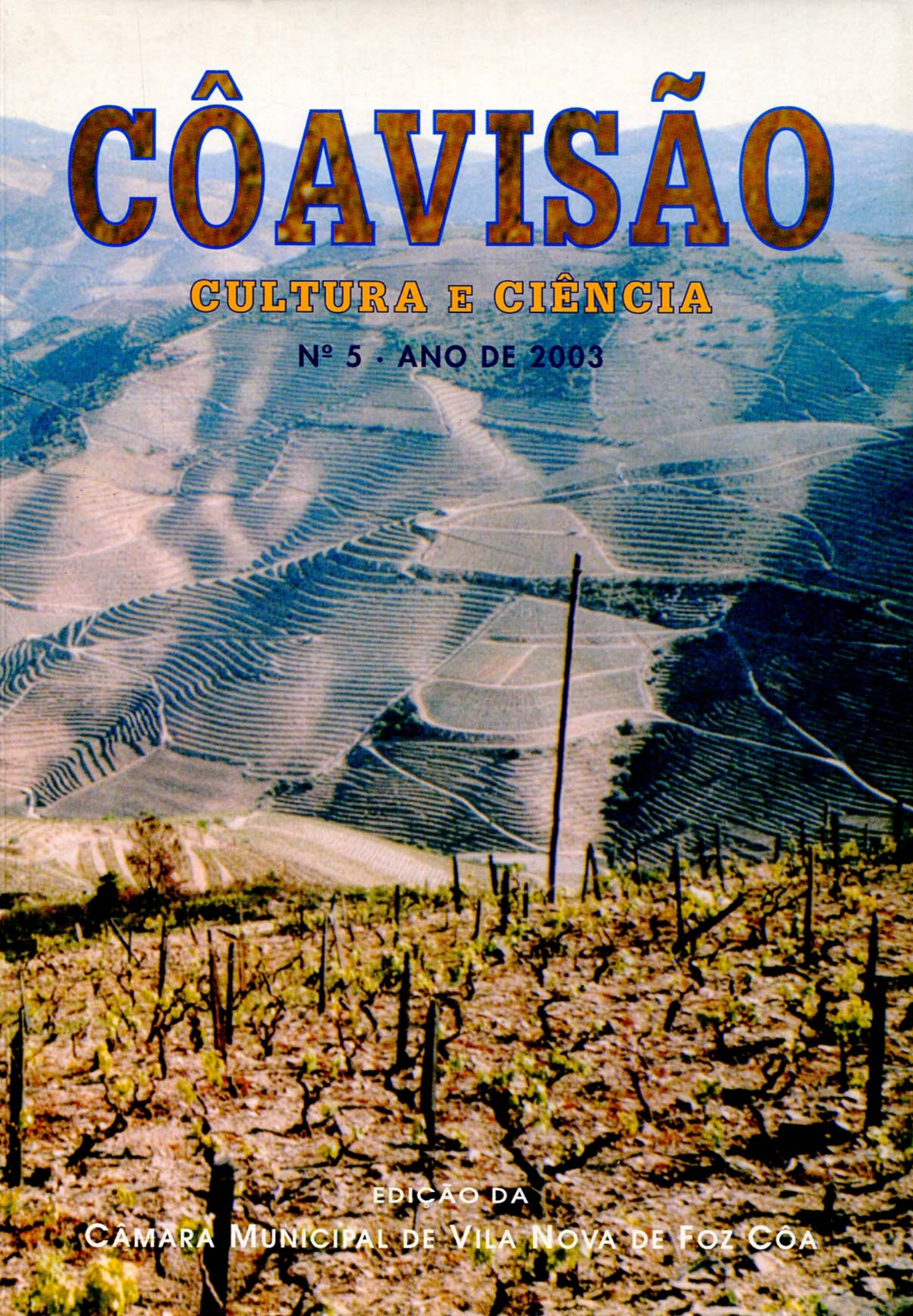


CÔA VISÃO

An aerial photograph of a valley with terraced vineyards. The terraces are arranged in a grid-like pattern, following the contours of the hills. The foreground shows a closer view of the vineyard, with rows of grapevines and wooden stakes. The background shows more terraced hills under a clear sky.

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 5 · ANO DE 2003

EDIÇÃO DA
CAMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Ervamoira: da granja romana à quinta medieval de Santa Maria, uma hipótese de musealização das ruínas

J. A. GONÇALVES GUIMARÃES *

1. O LUGAR E A SUA PAISAGEM

Desde que em 1985 iniciamos o estudo da estação arqueológica de Santa Maria da Ervamoira que nos temos vindo a interrogar sobre a que tipo de povoamento realmente corresponderiam os vestígios, estruturas e espólio que temos vindo a exumar. Ignorando inicialmente a extensão dos achados e mesmo hoje, após dezanove campanhas, não sabendo ainda da sua totalidade, várias hipóteses se foram aventando nos relatórios entretanto produzidos, sempre com base nos resultados alcançados, na tentativa da sua interpretação na paisagem onde a estação se inseria nas épocas romana e medieval¹.

Hoje estamos mais habilitados a poder afirmar que neste local existiu uma granja agrícola romana que no século IV desempenhou as funções de *mutatio*², que teve depois alguma ocupação no período visigótico até se transformar num casal com ocupação no século XIII, sendo depois abandonado. Perto, junto de uma nascente, restou um eremitério com capela, do qual existem as seguintes referências:

Início séc. XVIII – “... Nossa Senhora do Socorro dista duas léguas da igreja, tanto se estende a freguesia junto ao Côa, com um só vizinho e ermitão, aonde vão as cruzeiras de Longroiva, Santa Comba e Muxagata; tem missa nos dias santos para os moleiros, romeiros e passageiros.”³.

1733 “... o caminho que vai ter a Nossa Senhora dos Carvalhais...”⁴.

1758 “... uma capela com o título de Nossa Senhora do Desterro por antinomasia dos Carvalhais, capela muito antiga que está junto do rio Côa ... a ela acodem alguns romeiros no decurso do ano, especialmente no sábado de Ramos, que esta freguesia lá vai em romagem e a vila de Mexaguata (sic) em dia de Nossa Senhora dos Prazeres e a freguesia do lugar de Santa Comba no quarto sábado da Quaresma em que os oficiais da Câmara das ditas vilas hão de tomar a todo o povo que ali está do concelho para o que tem prevista comida excelente para um retiro”⁵.

Podemos pois concluir que no início do século XVIII a capela tinha “um só vizinho e ermitão” e que por ali passavam “moleiros, romeiros e passageiros”, que por meados do século era considerada “muito antiga” e que no seu adro se realizava, “no quarto sábado da Quaresma”, um “retiro” de todo o povo, organizado pelos oficiais da Câmara das vilas da região, com “comida excelente”⁶.

À ocupação deste eremitério, desactivado nos finais do século XVIII ou início do século XIX, ter-se-à seguido a construção da casa da quinta, a qual foi perdendo importância como habitação, sobretudo a partir de 1974, quando a Casa Ramos Pinto comprou a propriedade. Em 1997 foi transformada em Museu de Sítio⁷.

Vejamos então que elementos temos para estas conclusões mas, antes de mais, anotemos que uma das principais dificuldades de enquadramento da estação de Ervamoira deve-se ao facto de não ter ainda havido uma intervenção arqueológica sistemática no Vale do Côa terminal para as épocas romana e medieval. Um povoado, qualquer que ele seja, não vive isolado e a sua verdadeira importância tem muito a ver com a relação que teve com os outros aglomerados da mesma região.

Não obstante algumas tentativas de sínteses interpretativas, como as de Carlos A. Brochado de Almeida – “Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa”; de Luís Miguel Duarte – “Ribacôa na Idade Média: quando o fim do mundo era “centro do mundo””, ambos publicados no *Boletim Universidade do Porto*, n.º 25, ano V, Junho de 1995, a que se seguem: “Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna”, de Francisco Ribeiro da Silva; e “Notas para a História Contemporânea de Foz Côa” de Gaspar Martins Pereira, também no mesmo *Boletim*, para além delas muito pouco mais se sabe sobre o Baixo Côa desde a Idade do Ferro até à actualidade. Outras sínteses mais recentes têm sido produzidas, das quais destacamos: “Romanização na área do actual Concelho de Foz Côa”, de António do Nascimento

* Arqueólogo e Professor Auxiliar Convocado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique; director científico do Museu de Sítio de Ervamoira.

Sá Coixão e António Alberto Rodrigues Trabulo, in *Coavisão – cultura e ciência*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, n.º 0, 1998, p. 49-68, e o projecto, também infelizmente adiado, sobre “O Castelo de Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa, Distrito da Guarda – Investigação arqueológica e estudo de conservação” de Michael Mathias, in *Coavisão – cultura e ciência*, *idem*, n.º 2, 2000, p. 35-46, para além dessa monumental síntese intitulada *Terras do Côa – da Malcata ao Reboredo*, organizada por Alexandra Cerveira Pinto S. Lima e infelizmente publicada por Estrela-Côa. Guarda, 1998. E ainda alguns outros trabalhos publicados na revista *Gaya*, do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, desde 1983 e na revista *Douro – Estudos & Documentos*, do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, desde 1996.

Temos pois sínteses já suficientes para o lançamento científico da problemática romana e medieval do Baixo Côa, às quais deveremos juntar a *Carta arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, de António do Nascimento Sá Coixão, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, 1996. Mas sem escavações sistemáticas na povoação das Chãs e seus arredores, na quinta da Barca, na povoação de Muxagata e nas quintas das Olgas e dos Piscos, no Prado e na Penascosa, dificilmente teremos uma percepção da ocupação efectiva do território naquelas épocas e, consequentemente, a verdadeira importância da estação de Ervamoira neste contexto ⁸.

Enquanto tal não acontece, continuaremos a definir esta estação por aquilo que ela realmente evidencia.

Não se tratando obviamente de uma cidade, ou de um *vicus*, parece também não se tratar de uma aldeia, aliás desconhecidas para a época romana na área de Viseu e provavelmente também no vale do Côa ⁹.

A hipótese seguinte, por ordem decrescente de extensão territorial e de importância social, seria a *pars urbana* de uma *villa*, o que igualmente não nos parece, pois embora tenha aparecido aqui um edifício com 27,5 metros de frente ¹⁰, o que poderia indiciar alguma monumentalidade construtiva, para além de alguns vestígios de *urbana ornamenta*, como fragmentos de revestimento de estuque pintado a preto e vermelho, além de cantarias lavradas e objectos de luxo como *sigillatas*, vidros, etc., na realidade não foram descobertas ainda as termas e outros elementos próprios de tal denominação.

Restava-nos a hipótese de se tratar da *pars rustica* ou da *pars frumentaria* de qualquer *villa* das imediações, colocando-se de imediato a hipótese da estação da quinta da Barca ¹¹. Mas a distância a que se encontra não abona esta tese, o mesmo sendo verdade para as quintas dos Piscos ou das Olgas, estas igualmente com vestígios muito ténues para tal estatuto.

Repudiada por imprópria a denominação de *villa rústica* por Jorge de Alarcão ¹², na sequência da sua lição optamos por chamar a esta estação uma granja, ou seja uma propriedade média em expressão edificada, mas que administraria uma área superior a 100 hectares, que é afinal o quanto mede hoje a quinta da Ervamoira ¹³.

Analisando a dispersão dos achados arqueológicos encontrados e utilizando o método proposto por aquele autor, estaríamos de igual modo perante os vestígios de uma granja, pois até 2001 a área intervencionada já atingiu os 1310 m² ¹⁵. E também aqui encontramos “...alguma *sigillata* ou sigillata clara, algum resto de *opus signinum*, um tijolo de coluna, fuste tosco de pedra local ou capitel simples toscano” ¹⁶. Descontando os tijolos de coluna, que aqui se encontraram de outro tipo, temos também cerâmica de paredes finas, lucernas e vidros. Então, com este espólio, porque não uma *villa*? Porque lhe faltam, ou pelo menos ainda não foram descobertas, algumas das estruturas já apontadas necessárias para tal e porque pensamos que alguns fragmentos daqueles materiais estão neste lugar por acaso, tendo sido aqui abandonados, mas não utilizados.

Vejamos ainda outros factores. Tanto quanto o conhecimento chegou até nós por cartografia e fotografia, antes do plantio da vinha, a quinta era bem diferente e conservava outros vestígios, embora ténues, do passado. Antes de mais algumas árvores residuais, memória de uma floresta mais abundante, algumas delas reduzidas a centenários troncos já secos. O que significa que no período medieval esta paisagem era bem diferente e concerteza também o era na época romana. As análises antracológicas ainda não realizadas poderão ajudar a aclarar estes aspectos ¹⁷.

Depois existiram no cimo dos cabeços mais dominantes até aos anos oitenta ruínas de “currais” (segundo a designação tradicional), construções de planta rectangular, em algumas das quais nos foi dito que se encontravam mós manuais e restos de cerâmica. A surribe para o plantio da vinha destruiu a sua fragilidade, mas estão registadas em levantamentos cartográficos antes destas operações agrícolas.

Na realidade deveriam ser o que restava dos *tuguria*, as cabanas do pastor, do guarda da vinha e do lenhador ¹⁸. Ervamoira pode pois ter tido todos os ingredientes para ser uma *villa* romana com um *fundus* de 200 hectares a que não faltava a frente ribeirinha, com o seu linhar – na estação arqueológica aparecem *pondus*, para além de cossoiros –, a sua horta, o seu pomar, o seu olival – o qual ainda persiste com oliveiras muitas vezes centenárias –, a sua vinha, o seu *agri* (campos de cultivo), o seu *saltus* (área de pastagem), a sua *silva* (floresta para lenha e madeira e mato para a cama do gado e para as casas *colmatas* ou *aedificia*). Mas se Ervamoira foi uma *villa*, ainda nos falta encontrar a sua *pars urbana*, pois a estação arqueológica em estudo só pode ser a sua *pars rustica*, ou então, como já propusemos, uma

granja, talvez dependente de uma grande *villa* próxima, que, nesse caso, dominaria muito mais de 400 hectares de terrenos, como as grandes *villas* romanas do Alentejo¹⁹. Uma hipótese levou-nos a supor que a parte edificada da *villa* seria onde hoje se localiza o Museu de Sítio de Ervamoira, na antiga casa da quinta, mas nenhuns vestígios de *urbana ornamenta* apareceram nas obras de recuperação recentemente efectuadas. Outra hipótese, ainda a verificar, será debaixo das ruínas do eremitério junto da nascente de água, em cujos muros periféricos aparecem pedras de aplito muito bem aparelhadas²⁰.

Face a todos estes elementos entendemos que este sítio arqueológico teve outras funções que justificam a presença de materiais que não seriam vulgares numa granja. Para além da sua função agrícola pensamos que os seus edifícios serviram também, pelos menos em algumas das suas épocas de ocupação, como *mutatio*, uma “estação de serviço” como nós hoje diríamos. E que razões nos levam a afirmar tal? Antes de mais a sua localização estratégica em relação ao controlo da travessia a vau do rio Côa e não numa posição central em relação à propriedade. Efectivamente quem construiu os diversos edifícios do núcleo central da granja pensou nesse aspecto e não em qualquer outro: quis ver e ser visto por quem atravessava o rio em direcção a Calíábria.

Depois as escavações revelaram que estamos perante três construções com funções determinadas: uma com cerca de 120 m² com louça de cozinha, copa e mesa, bem datada da primeira metade do século IV, que poderá ter sido uma *taberna*; uma outra com cerca de 450 m² de área de implantação, em parte coberta por telhado e noutra parte do tipo telheiro alpendrado, que poderá ter sido armazém na primeira e cavaliária na parte aberta, podendo ser contemporânea ou anterior à primeira construção. Finalmente uma outra construção também com cerca de 120 m², mas menos cumprida e mais larga do que a primeira, a qual definimos como uma basílica paleocristã²¹.

Também encontramos algumas estruturas oficiais que nos parecem estruturadas em dimensão superior à do mero consumo local: se é certo que a estrutura olárica descoberta em 2001 para a produção de *tegula* poderá ter a ver com a abundância deste material de construção aqui tão evidente²², já uma oficina de fundição e a abundância de escórias espalhada por toda a estação, a existência de uma ferraria, não necessariamente sua contemporânea, o achado de uma rilheira e de muitos fragmentos metálicos, incluindo a existência de peças fundidas que não chegaram a ser usadas²³, leva-nos a entender que em quase todas as épocas da sua ocupação Ervamoira teve actividade oficial do barro e do metal para servir mais além do que as suas necessidades quotidianas. Daí a hipótese da *mutatio*, cuja existência justificaria as *sigillatas* e os vidros vindos de longe, mas também uma moeda de Cláudio cunhada em Roma, uma de Geta, com a mesma proveniência, uma de Galieno de Mediolanum, uma de Constantino, possivelmente de Nicodémia, uma de Constâncio II de Constantinopla e uma de Teodósio de Arelate²⁴.

Os proventos auferidos no apoio aos viandantes teriam dado origem ao sarcófago de granito, necessariamente caro e demasiado sumptuoso sem a lógica deste enquadramento que o torna “justificado”, não tanto para a Idade Média, como inicialmente aventamos, mas para os séculos V ou VI²⁵.

Os arcos ultrapassados aqui encontrados²⁶, sejam eles visigóticos ou moçarabes, são a última marca cultural edificada inequívoca antes do decaimento do sítio. Uma moeda de bolhão de D. Afonso III²⁷ e mais alguns elementos medievais apenas confirmam uma ocupação precária, talvez pontual, que se reduziu a qualquer aspecto militar que o tratado de Alcanizes (1297) tornou desnecessário, ou meramente agrícola, e possivelmente piscatório, de um casal que arroteava apenas uma pequena parte da antiga granja romana, estando já então os seus povoadores dependentes da Ordem de Cristo que senhoreava a povoação das Chãs, cujas referências documentais mais antigas parecem remontar ao século XVI, ou da povoação de Muxagata, que foi concelho e que é documentalmentemente conhecida desde o século XIII²⁸.

2. O MUSEU E AS RUÍNAS

No Museu, a segunda sala é dedicada à estação arqueológica de Ervamoira, que afinal lhe está na origem. Não obstante a indicação nos painéis e vitrines da implantação das estruturas e vestígios e da proveniência dos objectos, tudo justifica a musealização das próprias ruínas, que assim serão um complemento da visita e permitirão uma melhor compreensão do lugar e da sua relação com o Vale e a Região.

Os objectivos da sua musealização são pois, antes de mais, a conservação e valorização de um sítio classificado como monumento nacional²⁹, motivando um substancial aumento do número de visitantes ao Museu e, por extensão, ao Parque Arqueológico do Vale do Côa e à região. Para um público mais especializado – escolas, investigadores, arqueólogos – a musealização das ruínas permitirá uma melhor leitura do único sítio tardo-romano e medieval até à data continuamente escavado nesta área classificada como Património Cultural da Humanidade³⁰.

Não estando ainda a estação totalmente escavada, há no entanto desde já algumas estruturas susceptíveis de consolidação, reconstrução e musealização. Dentre as existentes pensamos que esse

trabalho deve começar pelas da época romanas compostas por um edifício com dois compartimentos à cota dos 133 metros, pela *mutatio*, pela *taberna* do séc. IV, pela basílica paleocristã e também pela casa medieval do séc. XIII, por diferentes motivos, mas sobretudo por serem as estruturas que se apresentam ainda mais consolidadas e mais individualizadas e que reflectem, ao fim e ao cabo, a especificidade e a cronologia da estação, embora cada uma delas levante problemas muito próprios, que o projecto arquitectónico de consolidação e restauro terá de considerar caso a caso, mas unindo-as todas num circuito visitável e coerente através de um passadiço, bem evidente mas bem integrado, e que em certos locais assente sobre estruturas metálicas elevadas sobre as áreas a visitar. Será assim musealizada em primeiro lugar a área central da estação, deixando-se as restantes estruturas para uma melhor oportunidade.

O primeiro edifício dos acima referidos é o que apresenta actualmente melhor pujança arquitectónica, com grande parte das paredes ainda ao alto, embora algumas delas apresentem inclinação por decaimento do assentamento das pedras de xisto e por, nos últimos anos, desde 1995, terem sido agredidas pelas cheias que atingem a sua cota, em 2001 ao nível do telhado (135 metros), devido ao obstáculo que representa para o normal escoamento do rio a ensecadeira da interrompida barragem do Cão. Na reconstrução deste edifício haverá que ter este aspecto em conta, consolidando não só os seus alicerces, mas construindo um pequeno muro a montante do seu cunhal SE para diminuir o impacto accidental das águas sobre esta estrutura.

Refeitas as paredes onde tal seja necessário e consolidadas as existentes, mantendo a leitura dos materiais, deverá o piso ser nivelado com uma mistura de argamassa de barro amarelo e cascalho de xisto, conforme o que ali foi encontrado.

O telhado era aqui composto por placas pétreas, assentes sobre travejamento de troncos de madeira apoiados em prumos do mesmo material, possivelmente calafetadas com barro e cobertas com torrões para a sua impermeabilização, devendo aqui optar-se por cobrir as lajes de xisto com uma tela não aparente sob a camada de barro para garantir uma real impermeabilização e só depois colocar a cobertura térrea com possibilidade de desenvolvimento de musgos existentes no local e que assegurem a sua consolidação.

As portas deverão ser em madeira com gonzos do mesmo material e fecho de tranca que esconda uma fechadura actual singela, para evitar vandalismos.

No interior, como mobiliário, deverão ser colocadas apenas réplicas da louça romana aqui encontrada e mais nada, além de um pequeno painel informativo.

O edifício romano da *taberna* não terá grandes dificuldades na sua reconstituição quase integral, excepto no lado Leste, onde a casa medieval que se lhe sobrepõem, destruiu ou reaproveitou o desfazer das suas paredes. A articulação destes dois edifícios é, além do mais, extremamente didáctica. Deverão ser levantados os muros romanos aí existentes até uma altura vitruviana e depois cobertos com um telhado reconstruído com travejamento de madeira de carvalho, pregos forjados e tegulas novas, copia das aqui encontradas, devendo os prumos ser colocados nas respectivas cavidades talhadas no xisto em cubos de cimento com as mesmas dimensões de um de pedra encontrado na estação na forja de ferreiro medieval, onde deve permanecer. A porta e o postigo serão de madeira e com gonzos do mesmo material.

O interior do edifício deve ser rebocado com argamassa de cal, deixando no entanto um testemunho para se ver o aparelho existente. Sobre este reboco serão feitas pinturas a negro e vermelho, muito simples, recriando as que aí existiam³¹. O acesso deve ser feito pela porta do edifício, depois de devidamente refeita na sua quase totalidade, mas a saída terá de ser por uma abertura deixada na parede em frente, à qual se ascenderá por uma escada de ferro articulada com o circuito das visitas. O piso será de barro compactado com cimento para evitar o seu excessivo desgaste. Será mobilada com réplicas de uma mesa, bancos e louça do séc. IV.

A casa medieval deverá ser reconstruída na sua totalidade, devendo para tal serem levantados os muros e ser feito o telhado com troncos de carvalho ou outra árvore indígena e cobertura de colmo com uma separação impermeável entre duas camadas daquele material. Como o telhado só tem uma água, a parede leste será mais baixa do que a oeste para assegurar a necessária inclinação. No interior, o pequeno compartimento em quarto de círculo aí existente será totalmente feito. O piso será de barro compactado com cimento. A porta será refeita em madeira e com gonzos do mesmo material³².

Como grande parte dos muros desta casa assentam sobre um nível romano que, por esse motivo, ainda não foi escavado, terá de ser desenvolvido um método de sustentação das paredes medievais por barras de ferro apoiadas, as quais as manterão nesta posição para permitirem escavar por debaixo delas. O "vácuo construtivo" deixado deverá ser preenchido com blocos de granito ou outro material, depois rebocados com argamassa com barro para se perceber claramente que os muros medievais assentavam num nível de entulhamento romano. Dentro serão deixadas réplicas dos vasos medievais aí exumados e um painel que mostre o estado em que foi encontrada, o que aliás deverá ser feito em todas as estruturas musealizadas.

A basílica levanta alguns problemas de reconstituição que podem ser resolvidos de duas diferentes maneiras:

Opção a: erguer os muros existentes até cerca de 1,50 m acima do solo de modo a deixarem perceber melhor a dimensão e orientação que o edifício teve.

Opção b: a qual pode ser complementar e posterior à a: erguer a basílica na totalidade e, onde faltam elementos, recorrer ao método comparativo com outros edifícios da mesma época e com as mesmas funções e dimensões e cujos materiais arqueológicos sejam semelhantes aos da estação de Ervamoira³³.

A existência no Museu de alguns materiais nobres em granito, achados nas obras da casa da quinta, nomeadamente uma base de coluna de tradição romana e várias aduelas de arco ultrapassado, levam-nos a pensar que poderão ter pertencido à basílica, mas que também poderão ter sido reutilizadas na capela medieval existente junto da nascente³⁴.

No caso da total reconstituição põe-se o problema da sua articulação com os restantes edifícios, nomeadamente a *taberna* que lhe fica justaposta, o que terá de ser devidamente considerado.

O edifício de maior envergadura desta granja, que pensamos ser uma *mutatio* e que apresenta 27,5 m de fachada, deverá ser parcialmente reconstruído até cerca de 1,5 m de altura nas paredes poente e sul.

Nesta fase não haverá mais reconstrução de edifícios, ainda que parcial, mas apenas consolidação com argamassa dos muros dos sectores III e X (fundição e ferraria medievais). Mas antes da musealização das ruínas há que ordenar o sítio procedendo à sua desmatação selectiva em toda a área escavada, mas mantendo a bordadura vegetal envolvente, sendo necessário todos os anos destruir as herbáceas espontâneas.

A estação deve ser enquadrada por uma moldura de vegetação natural, devidamente controlada na área escavada e nos edifícios a musealizar, a qual deve ser reforçada com o plantio de espécies indígenas que já existiram ou que ainda existem na região, como a azinheira e o zambujeiro, dando-se especial atenção à proliferação natural de pilriteiros, rosas silvestres, espargos, funchos e cardos de Santa Maria.

Junto ao rio deve ser mantido ou refeito o ecossistema ribeirinho, devendo ser completamente banidas as plantas não autóctones e as infestantes.

Os edifícios a musealizar, nesta fase das escavações, são os mais visíveis e porventura os mais simbólicos e interessantes para cada época. Mas há outros já descobertos, como a fundição, a ferraria, algumas outras construções medievais, e possivelmente alguns ainda por descobrir na área por escavar. Por esse motivo, as escavações deverão continuar em simultâneo com a musealização, devendo dar-se prioridade aos trabalhos nos espaços de acesso às estruturas a intervencionar. As áreas em intervenção arqueológica deverão ser devidamente assinaladas aos visitantes.

Será igualmente conveniente rever periodicamente todas as estruturas reconstruídas e estudar o seu comportamento face aos factores climáticos até porque, fazendo agora todas parte de um único conjunto, na realidade são de épocas diferentes e de diversas técnicas construtivas.

Realizado este trabalho e prontas as ruínas para serem visitadas, o acesso poderá ser feito preferencialmente através da reconstituição de um caminho carral à cota dos 140 metros que percorre a vertente Sudeste/Este da colina onde assenta a estação. Um pouco antes desta o caminho deve alargar para os veículos estacionarem, pois a visita às ruínas deve ser pedonal. Uma vez passada a "entrada" da estação, a qual não deve interferir visualmente com as ruínas existentes, os visitantes iniciam o percurso de visita em circuito, voltando a sair pela "entrada" e retomando as viaturas, seguindo depois para o Museu.

O acesso pode fazer-se ainda por barco através do rio Côa, para o que existe em frente à estação um pequeno atracadouro.

O circuito de visita deverá ser perfeitamente assinalado por tubos ou cantoneiras de ferro implantados no terreno, visíveis mas não demasiado evidentes, e com dois arames entre cada estaca que definam perfeitamente o itinerário a seguir. Podem também usar-se para este fim paus de xisto das Pedreiras do Poio ou paus tratados, tendo em atenção que vão ser implantados no afloramento, o que implica fazer a respectiva cavidade e consolidação. Quando o circuito tiver de passar por cima de estruturas deverão ser usados passadiços, com ou sem degraus conforme o obstáculo a vencer, feitos em cantoneira de ferro e barras ou chapa do mesmo material, não se aconselhando a madeira que, quando aqui exposta ao tempo, rapidamente se deteriora. O caminho de visita deve permitir uma circulação de pessoas em ambos os sentidos, se bem que se pretenda que não se cruzem dois grupos.

A visita terá duas sequências possíveis, conforme o ponto de chegada dos visitantes: para os que cheguem pelo rio, de barco, a recepção será na casa romana, seguindo para a *taberna* e casa medieval e todas as restantes estruturas, percorrendo depois o caminho antigo que circunda a colina, dirigindo-se ao eremitério e finalmente ao Museu de Sítio.

No caso das visitas serem provenientes do Museu, farão o trajecto inverso, passando primeiro pelo eremitério (depois de escavado e musealizado), tendo acesso à estação pelo caminho antigo que ladeia a colina e regressando pelo caminho que a circunda pelo lado Norte.

Para além de dois painéis gerais colocados em ambas as "entradas" da estação, onde se assinale a sua denominação e entidade proprietária, o horizonte histórico-cultural, arqueólogo responsável e

colaboradores, arquitecto responsável pela consolidação e restauro de estruturas e entidades apoiantes e outros dados pertinentes, cada edifício deve ter no exterior e junto ao solo uma placa com a indicação do tipo de estrutura e horizonte histórico-cultural. Nesta sinalética devem usar-se as cores e os pictogramas internacionais ou os aprovados pelo Instituto Português de Arqueologia.

Para além da divulgação do próprio projecto, e para além de artigos ou comunicações pontuais a publicar em revistas ou a apresentar em encontros de arqueologia ou museologia, esta iniciativa deverá ser incluída no pacote da oferta cultural da Região de Turismo do Douro Superior, para o que deve ser feito o necessário enquadramento e publicidade.

Não é também de menosprezar a publicidade directa, através de folhetos e outras formas, que se possa fazer nas caves de Vila Nova de Gaia, onde se dirigem uma média de 100.000 visitantes ano, e onde a Casa Ramos Pinto dispõe também de outro espaço musealizado aberto ao público desde Junho de 2002³⁵. As visitas deverão obedecer a marcação prévia e ser sempre guiadas, tendo os visitantes à sua disposição um roteiro das ruínas, em português, espanhol, francês e inglês, distribuído no início e recolhido no fim da visita, o qual poderá também ser adquirido depois na loja do Museu, bem assim como outros objectos e literatura relacionados com o território, a sua ocupação e os vestígios encontrados pela arqueologia³⁶.

A escolha das ruínas a musealizar e o acompanhamento da operação competem ao arqueólogo responsável pela intervenção e autor destas linhas. O projecto de arquitectura de reconstrução das ruínas competirá ao arquitecto contratado para o efeito. O empreiteiro deverá ter capacidade e sensibilidade para este tipo de trabalho, devendo a obra ser sempre acompanhada pelos profissionais acima referidos ou pelos seus colaboradores especialistas para cada área.

A musealização das ruínas arqueológicas de Ervamoira, mais do que uma opção para a conservação das mesmas, é um imperativo para a divulgação e valorização cultural do próprio Vale do Côa, onde passarão a ser, concerteza durante mais algum tempo, os únicos vestígios romanos e medievais museologicamente visitáveis³⁷.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

¹ Uma resenha bibliográfica sobre esta estação pode ser vista em GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2000) – Vestígios Paleocristãos de Ervamoira – Vale do Côa. In *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica* (Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VI, coordenação geral de Victor Oliveira Jorge). Porto: ADECAP, p. 617-631. Esta intervenção sempre foi entendida como um núcleo do estudo mais amplo sobre o povoamento histórico do Vale terminal do Côa: por esse motivo enquanto foram decorrendo as escavações arqueológicas foi igualmente iniciado o levantamento e sistematizado o conhecimento sobre o Património da região em todas as suas vertentes, para o que à equipa inicial se foram juntando investigadores em geologia, biologia, etc..

² As vias romanas (*itineraria publica*) eram balisadas por duas estruturas de apoio ao viajante: *mansio* (estalagem) e *mutatio* (estação de muda).

³ Cf. RODRIGUES, Adriano Vasco (1983) – *Terra da Meda-Natureza e Cultura*. Meda: Câmara Municipal, p. 227/228; COSTA, Manuel Gonçalves (1992) – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. VI – Barroco II. Lamego, p. 393 e TRABULO, Joaquim (2000) – *Por Veredas do Vale do Côa – Roteiros de Chãs*. Vila Nova de Gaia, p. 54/55.

⁴ TRABULO 2000:55.

⁵ Cf. COSTA, op. cit. Nota 3, vol. IV – Renascimento II, 1984, p. 189 e TRABULO 2000: 52.

⁶ A bibliografia consultada nada nos diz sobre a possível data da sua fundação nem desactivação, restando-nos aqui, a tradição oral. Pelo Sr. José do Nascimento Sobral, feitor de Ervamoira com mais de setenta anos, foi-nos dito que no tempo dos “antigos”, estando a capela arruinada e passando perto dela o limite entre as freguesias das Chãs e de Muxagata, ambas as freguesias queriam levar para a respectiva igreja a imagem de Santa Maria ali existente. Então acordaram que num determinado dia, ao nascer do sol, sairiam os homens de cada um dos povos em procissão com a cruz alçada, dirigindo-se a pé para a capela, ficando a pertencer a imagem ao grupo que primeiro a alcançasse. E foi assim que ela veio ter à igreja das Chãs, já demolida, encontrando-se hoje no novo templo feito nos anos setenta.

⁷ Sobre o Museu de Sítio de Ervamoira veja-se a bibliografia citada em GUIMARÃES 2000 (vide *supra* Nota 1). Em Agosto de 1996 foi elaborado o seu projecto de musealização, o qual foi apresentado a 10 de Outubro desse ano ao primeiro-ministro Eng.º António Guterres na sua primeira visita à quinta, sendo depois inaugurado a 1 de Novembro de 1997 pelo então Ministro da Cultura Prof. Doutor Manuel Maria Carrilho. Desde então diversas personalidades portuguesas e estrangeiras têm visitado o Museu deixando no Livro de Honra as mais generosas impressões. De entre estas destacamos as visitas do Prof. Henry Cleere, presidente do ICOMOS a 20 de Novembro de 1998 e dos Professores François Guichard e Philippe Roudié a 16 de Novembro de 2001, as quais tivemos o grato prazer de guiar.

⁸ Esta síntese agora apresentada beneficia sem dúvida do trabalho de Jorge de ALARCÃO – “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal – a paisagem rural acontecida e agora imaginada e nomeada”, publicado na revista *Conimbriga*, 37 (1998), p. 89-119.

⁹ ALARCÃO 1998:92.

¹⁰ Ver planta da estação publicada em GUIMARÃES 2000: Estampa I.

¹¹ Para além das gravuras paleolíticas existem nesta quinta outros vestígios arqueológicos atribuíveis ao período da romanização.

¹² ALARCÃO op. cit. p. 92.

¹³ Ervamoira terá hoje mais de 200 hectares, tendo entretanto englobado outras propriedades existentes na periferia da antiga quinta de Santa Maria.

¹⁴ ALARCÃO op. cit. p. 95.

¹⁵ GUIMARÃES, J. A. Gonçalves – Relatório final do projecto ARQERV 1998-2001 e seu prolongamento em 2002 (policopiado), p. 7.

¹⁶ ALARCÃO, *op. cit.* p. 96.

¹⁷ Existe um bosque de azinho residual na quinta da Barca, ecossistema que concertiza cobria as margens do Côa desde o Paleolítico, antes da prepotência da acção antrópica, a qual precisou de lenha para consumo doméstico desde então e também para a fundição de metais, fornos cerâmicos e produção de carvão, sobretudo desde o período romano até à quase total desarvorização a partir do século XVI. Restaram as oliveiras centenárias, e as amendoeiras, por motivos óbvios. As árvores da orla ribeirinha anteriores à barragem do Pocinho (1982) e de outras intervenções no leito do rio, cujo nível médio desde então subiu, já apodreceram. As que agora existem têm vinte anos e quase todas foram plantadas.

¹⁸ Como sugere ALARCÃO, *op. cit.*, p. 95 e mapa Estampa VI.

¹⁹ *Idem*, *op. cit.* 96-98.

²⁰ Quer nas obras da adaptação da casa da quinta a Museu, quer nos socalcos, quer na estação arqueológica, quer soltas junto destes locais, apareceram diversas cantarias em granito, pedra que aqui não existe, mas apenas a 8 Km, nas Chãs. Dos elementos encontrados, para além das mós manuais, destacam-se uma coluna romana com base e parte do fuste, um capitel e várias aduelas de arcos ultrapassados visigóticos ou moçarabes.

²¹ Cf. GUIMARÃES 2000, *op. cit.* Nota 1.

²² GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2001) – Relatório de progresso do projecto ARQERV referente ao ano 2001 (policopiado), p. 20, 23, 28 e 29. Uma introdução ao estudo das *tegulae* desta estação pode ser vista em GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1993) – Alguns materiais arqueológicos de estações da margem sul do Rio Douro: as *Tegulae*. In *Lucerna*. Porto, 2.ª série, vol. III, p. 217-235 e ainda em *idem* (1999) – Cerâmica arqueológica de Ervamoira. In *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 377-389 e *idem* (2000) – Cerâmica romana e medieval de Ervamoira. In *Beira Interior História e Património*. Guarda: Câmara Municipal, p. 171-184.

²³ É o caso de um fusilhão em forma de "violino", que publicamos em GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; PEIXOTO, M. da Graça (1990) – A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira, Muxagata, Vila Nova de Foz Côa: Novos Dados. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu: Governo Civil, p. 508.

²⁴ Cf. GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana – Numária de Ervamoira (trabalho a publicar).

²⁵ Cf. GUIMARÃES, *op. cit.* Nota 1, p. 626 e Est. II.

²⁶ As aduelas e uma pedra de arranque de dois arcos foram identificadas pelo autor em 2001; Cf. GUIMARÃES 2001, *op. cit.* Nota 22, p. 31 a 33.

²⁷ Cf. GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; PEIXOTO, Maria da Graça (1988) – *A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira, Muxagata, Vila Nova de Foz Côa (Notícia Preliminar)*. Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) SA/Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, p. 11.

²⁸ Sobre estas duas povoações e freguesias cujos limites se encontram na Quinta da Ervamoira ver: COSTA, M. Gonçalves (1977) – *História do Bispado e Cidade de Lamego* vol. I – Idade Média: a Mitra e o Município. Lamego; RODRIGUES 1983; TRABULO, Joaquim (1992) – *Chãs de Foz Côa – a sua História e a sua Gente*. Vila Nova de Gaia; COIXÃO, António Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues (1995) – *Evolução política – administrativa na área do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal; e TRABULO 2000.

²⁹ Por despacho do Ministro da Cultura de 13 de Agosto de 1996 a estação arqueológica da Quinta da Ervamoira, em conjunto com todos os outros sítios arqueológicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, é declarada Monumento Nacional (Dec. Lei n.º 32/47 de 2 de Julho).

³⁰ O Baixo Côa é classificado pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade a 1 de Dezembro de 1998.

³¹ Para a elaboração do projecto arquitectónico o arqueólogo responsável pela estação deverá fornecer elementos comparativos a partir de estações semelhantes mais bem conservadas ou encontrados na melhor bibliografia especializada, como, por exemplo: CAGNANA, Aurora (2000) – *Archeologia dei materiali da costruzione*. Mantova: Società Archeologica Padana s.r.l.; LUGLI, Giuseppe (1957) – *La tecnica edilizia romana con particolare riguardo a Roma e Lazio*. Roma: Presso Giovanni editore.

Nesta intervenção, como materiais a utilizar na reconstituição das ruínas, em primeiro lugar deverá usar-se o xisto da região consolidado com argamassa de cimento, cal, barro e areia que cumpra de forma discreta a sua função. Nas escavações encontramos *opus caementicium* romano que pode servir de modelo.

Os elementos de granito existentes cuja colocação inicial se pressupõe ou intui devem ser recolocados e os que faltam serão feitos em cimento, de tal modo que se note que são recriações actuais.

As *tegulae* e *imbrices* deverão ser fabricadas a partir de modelos que copiem as aqui encontradas, se possível na indústria cerâmica da região, que poderá igualmente recriar tijoleiras, talhas e outras louças, mediante modelos a fornecer.

Os pregos e outras ferragens deverão ser recriados a partir dos encontrados.

Os travejamentos de madeira deverão ser de árvores que existiram na região, como o carvalho, a azinheira ou o negrilho, com espessura adequada à função.

A técnica de construção civil deve ser o mais artesanal possível, evitando-se derrubar paredes para as reconstruir, copiando fielmente a gramática construtiva existente. Deverão usar-se, tanto quanto possível, as pedras e os restos de *tegulae* saídos da escavação, desde que aplicados com critério.

Nos rebocos e pinturas deverão ser apenas usados materiais tradicionais.

O calendário da obra deve ser articulado com o imprescindível acompanhamento por parte da equipa técnica de arqueologia.

³² Entre outros elementos iconográficos comparativos poderá ser utilizado o *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (edição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa, com introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, 2.ª edição, 1997). Penso que os pardiéis (do baixo latim *paredenari*, casa com paredes de pedra) do século XIII não serão muito diferentes dos do início do século XVI.

³³ Esta opção carece de um estudo profundo sobre a matéria para a região cudana. Veja-se GUIMARÃES, 2000, *op. cit.* Nota 1.

³⁴ Cujos trabalhos de escavação se iniciaram em 2002 prolongando-se para 2003: GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2002) – Relatório da intervenção arqueológica realizada em 2002 na Quinta da Ervamoira, Vale do Côa, Portugal (policopiado).

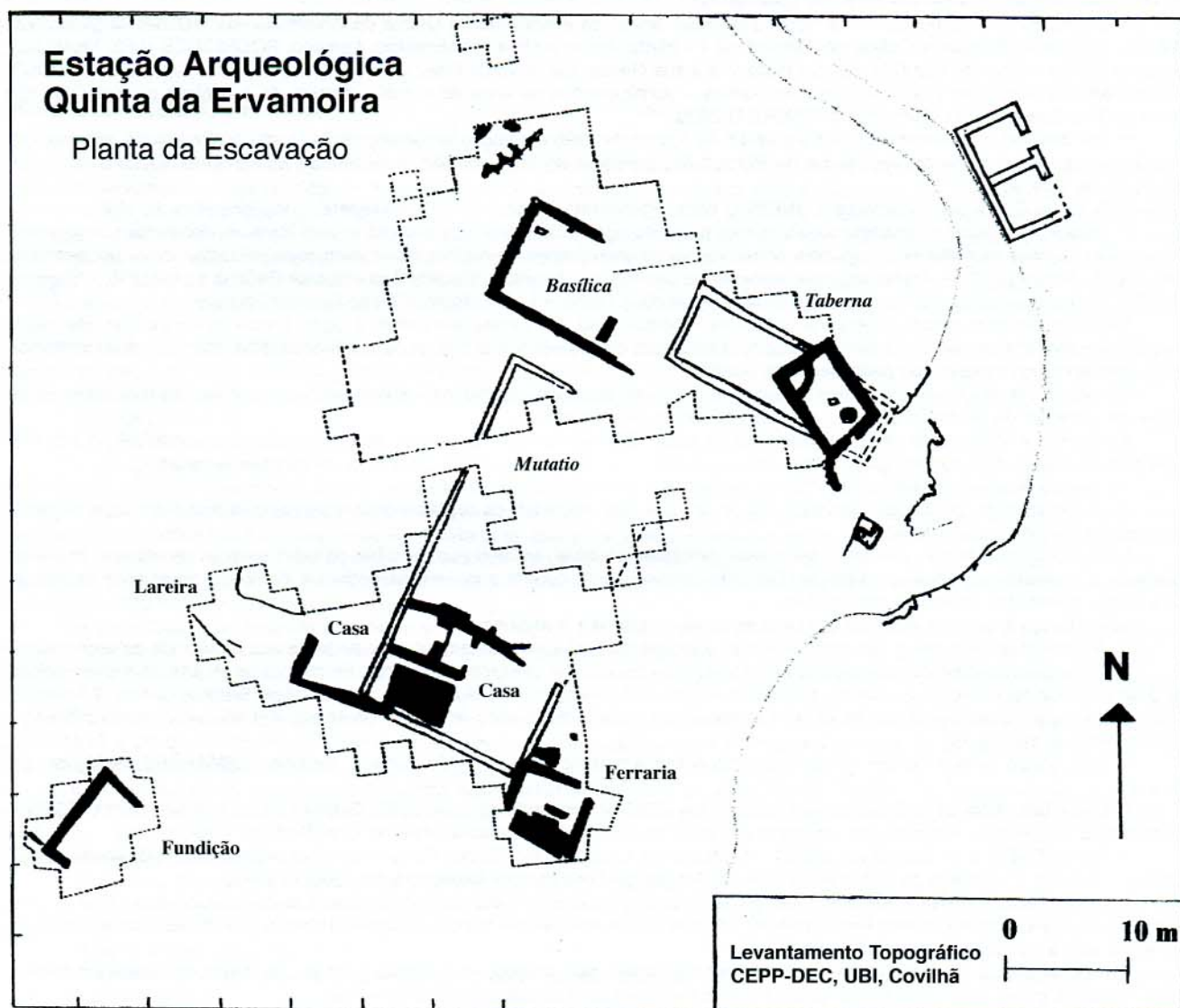
³⁵ GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2002) – O Museu da Casa Adriano Ramos Pinto – um novo espaço museológico no Centro Histórico de Gaia. In *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 55, Dezembro de 2002, p. 23-30.

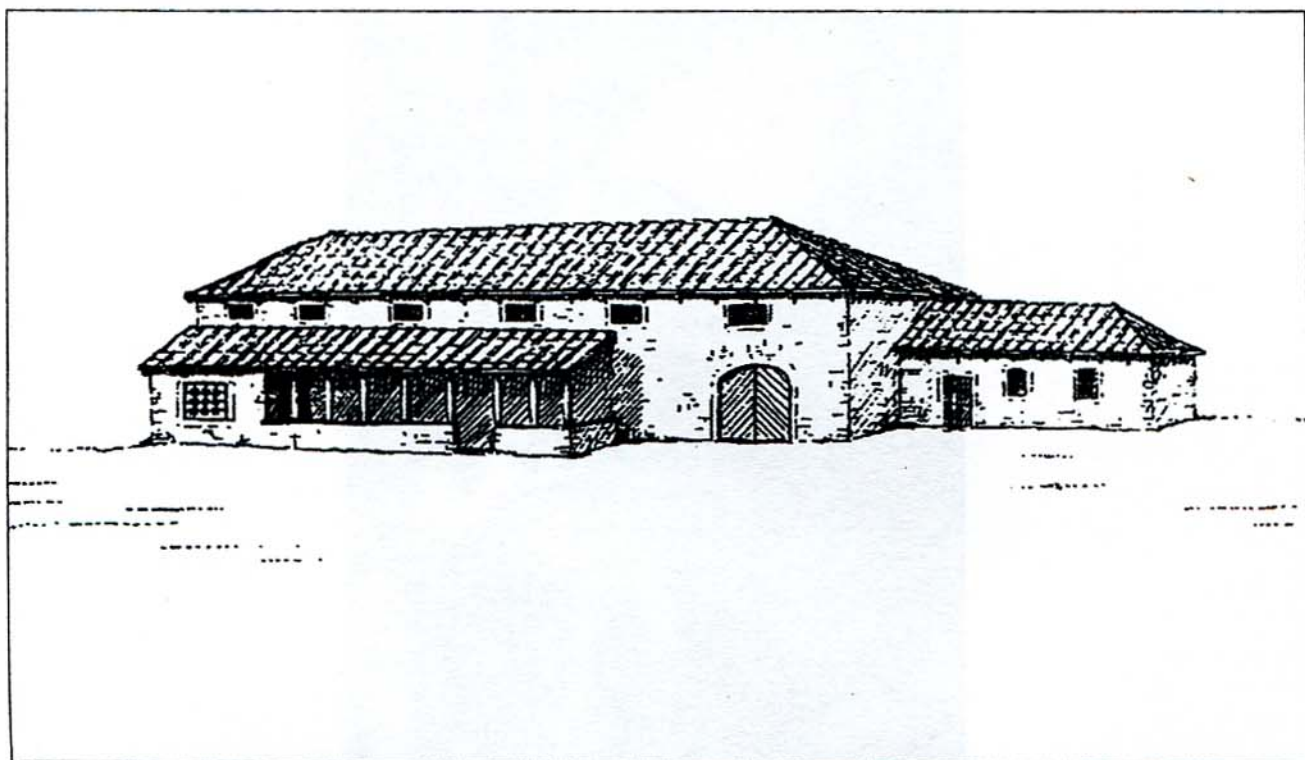
³⁶ Neste momento existe publicado o *Museu de Ervamoira – Guia do Visitante* (coordenação e textos de Gonçalves Guimarães). Vila Nova de Gaia: Adriano Ramos Pinto (Vinhos) SA, 1997, com edições em francês e inglês (1998), o qual deverá ser remodelado à medida que a colecção exposta vai variando.

³⁷ Esta opção não tem alternativa; se as ruínas não forem, pelo menos, consolidadas, em pouco tempo desaparecerão sob a lama arrastada pelas raras, mas fortes, chuvas e sob a vegetação fértil deste terreno remexido.

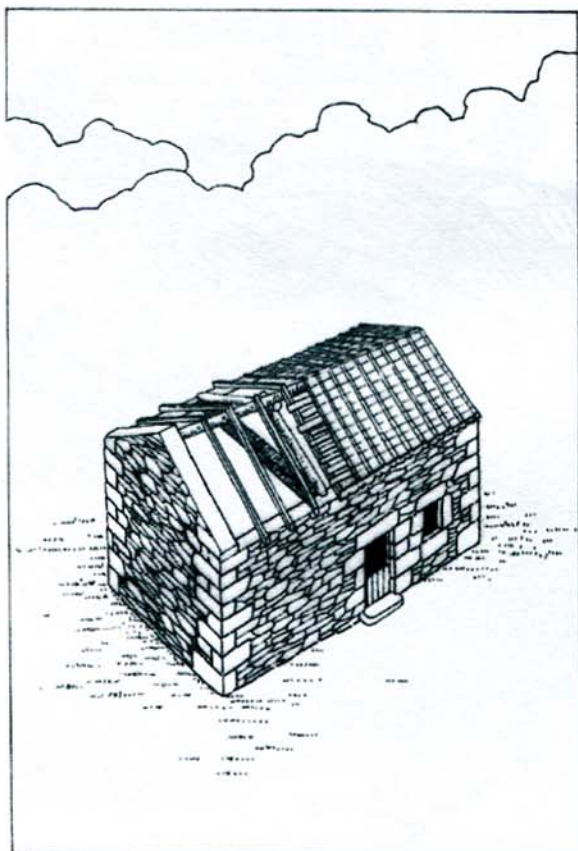


1 – Vista geral de Ervamoira (Fotografia de Paulo Magalhães)

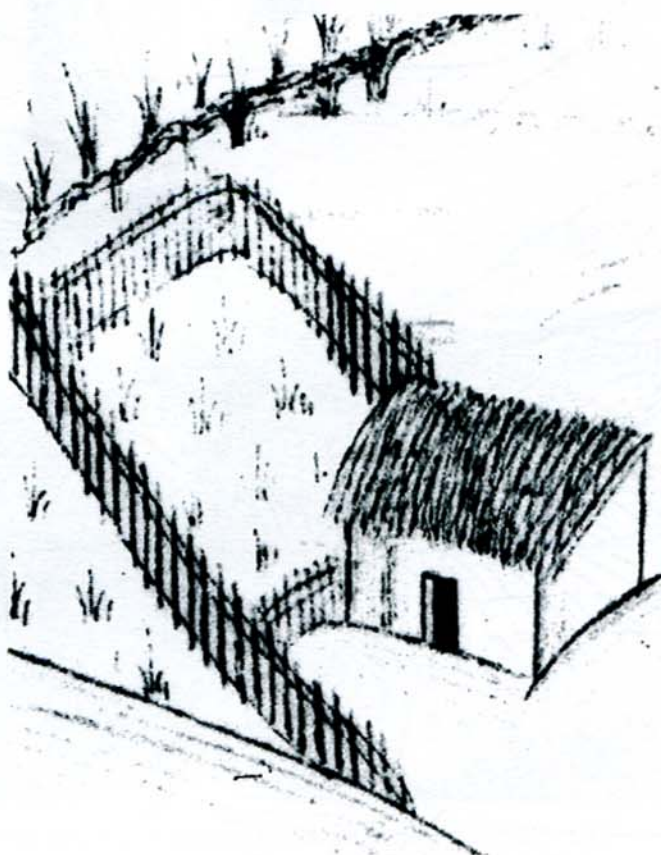




3 – Representação de uma granja romana, segundo A. Ferdière (1988) (publicada por ALARCÃO 1998: Est. III)



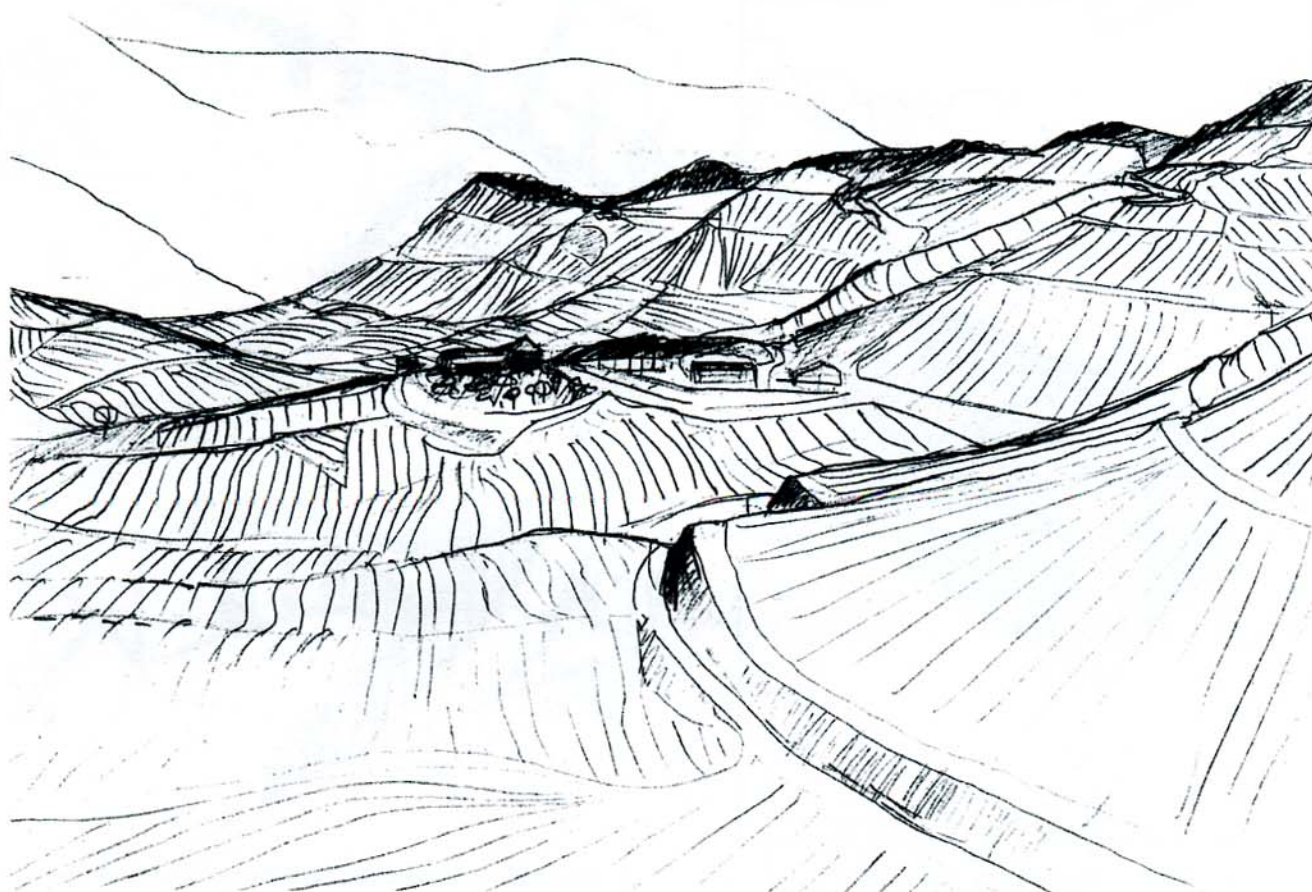
4 – Representação de um casal romano (publicada por ALARCÃO 1998: Est. V)



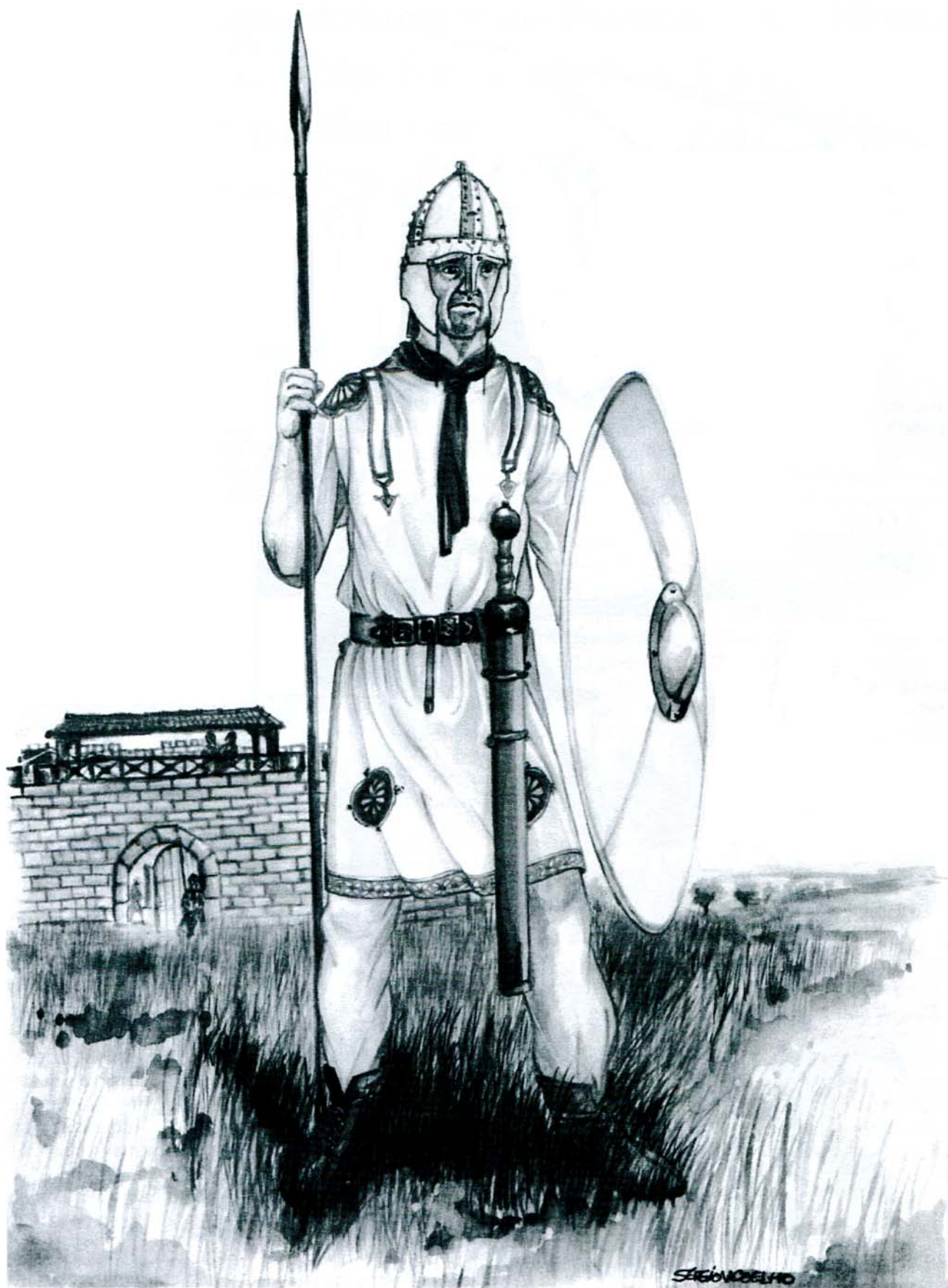
5 – Representação de uma casa medieval com telhado de uma só água coberta de colmo (Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 91)



6 – Elementos de arco ultrapassado de Ervamoira (fotografia de Gonçalves Guimarães)



7 – Quinta da Ervamoira e o seu Museu de Sítio (desenho de Ricardo Nicolau de Almeida, 2000)



8 – Legionário do tempo de Diocleciano (284-305); (recriação artística de Sérgio Veludo Coelho)

356 d.c



9 – Combate entre romanos e bárbaros em 356 (recriação artística de Sérgio Veludo Coelho)